

## RELIGIÃO NA SOCIEDADE: ÓPIO DO POVO OU PRODUTORA DE SENTIDO?

Prof. Ms. Wellington Cardoso de Oliveira<sup>1</sup>  
Profa. Ms. Lázara Divina Coelho<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo parte da análise da frase mais famosa de Karl Marx: A religião “é o ópio do povo” e dos conceitos de religião como produtora de sentidos (significados) de Émile Durkheim. Para isso, buscou-se compreender o sentido da religião para estes dois autores, no que tange a visão de mundo que ela propicia. Ao mesmo tempo, parte de uma discussão de que a mente cristã não se fundamenta em elementos vazios e irracionais, mas que, enquanto expressão de uma crença religiosa, estrutura-se dentro de uma lógica em que crer e pensar não estão dissociados, antes articulam-se como parte de um processo de estruturação em que o crente expressa sua fé e suas convicções a partir de uma interpretação e cosmovisão religiosa.

Palavras-chaves: Religião. Ópio. Produção de sentidos. Mente cristã.

### ABSTRACT

This article presents the analysis of the most famous phrase from Karl Marx: Religion “is the opium of the people” and the concepts of religion as a producer of meanings (meanings) Émile Durkheim. For this, we sought to understand the meaning of religion for these two authors, regarding the worldview that it provides. At the same time, part of a discussion of the Christian mind is not based on empty and irrational elements, but as an expression of a religious belief is structured within a logic in that thinking and believing are not dissociated before articulate up as part of a design process in which the believer expresses his faith and convictions from a religious worldview and interpretation.

Keywords: Religion. Opium. Production of meaning. Christian mind.

---

<sup>1</sup> Wellington Cardoso de Oliveira é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor titular no curso de Teologia da Faculdade Faifa, nas disciplinas de Sociologia e História da Igreja I e II. É membro do Núcleo de Pesquisa em Religião “Carlos Henrique Brandão” da Universidade Federal de Goiás. E-mail: prof.wellington@faifa.com.br.

<sup>2</sup> Lázara Divina Coelho é mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e graduada em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Brasil Central e Universidade Presbiteriana Mackenzie. É professora de Teologia e Comunicação no Seminário Presbiteriano Brasil Central e na Faculdade Faifa. E-mail: profa.lazara@faifa.com.br.

## INTRODUÇÃO

Esse é um artigo sobre religião na interface da Sociologia com a Teologia. Seu ponto de partida é a teoria de Karl Marx de que a religião é um dos instrumentos de empoderamento do capitalismo, opressor, pois legitima o inerente processo de exploração do trabalhador na medida em que nega a realidade; nesse sentido, “é o ópio do povo”. Essa ótica tem levado a pressupostos preconceituosos contra a religião nos vários âmbitos da sociedade brasileira, especialmente no acadêmico que tem, como matriz epistemológica, as teorias sociais do fundador da doutrina marxista e um dos fundadores da Sociologia.

A religião, no entanto, avança à revelia de Marx e da ótica negativa que sua teoria impôs ao pensamento posterior. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, publicada no *Novo Mapa das Religiões* (2011), 89% (oitenta e nove por cento) da população brasileira declara convicção absoluta na importância da religião e 50% (cinquenta por cento) dessa mesma população frequenta ativamente cultos religiosos de algum credo; isso caracteriza pertença religiosa desse grupo. Esse paradoxo entre a teoria marxista e a realidade religiosa no Brasil aponta para alguns questionamentos: Em que consiste, de fato, a teoria marxista? Dentre os fundadores da Sociologia, há ponto de vista divergente deste sobre a religião? A religião cristã tem fundamentos lógicos e racionais para participar da discussão?

Esse texto tem, portanto, o objetivo de responder a esses questionamentos. Para isso, fará um mergulho na concepção de religião do próprio Karl Marx, buscando entender o lugar da mesma na sociedade; entrará, também, na concepção de Émile Durkheim, buscando compreendê-la como produtora de sentido que exprime representações coletivas de uma ordem social; e, à luz dessa discussão, buscará responder à pergunta: em que se fundamenta a religião?

Esse objetivo, certamente, justifica o artigo. Contudo, listam-se outros: poderá fornecer, ao pesquisador do fenômeno religioso no Brasil, alguns subsídios teóricos; fornecerá, ao leitor, uma visão crítica de dois dos principais pensadores clássicos da Sociologia sobre a religião; enfim, disponibilizará à comunidade religiosa uma visão imbricada do fenômeno religioso no qual está inserida ainda que sem a consciência das discussões teóricas que a envolvem.

Quanto à metodologia da pesquisa empreendida, é básica com finalidade explicativa; o problema é analisado da perspectiva qualitativa e o objeto, por meio de procedimento exclusivamente bibliográfico. Para isso, foram usados escritos dos próprios teóricos presentes na discussão: de Karl Marx, a obra *Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), na qual ele, literalmente, faz a afirmação de onde

parte o artigo; e de Émile Durkheim, a obra *As regras do método sociológico* (1895), na qual conceitua os termos que sustentam a discussão final.

## 1 KARL MARX: UM BREVE HISTÓRICO

Karl Marx foi um dos mais importantes filósofos do século XIX. Nascido no dia 05 de maio de 1818 em Trier, sul da Prússia, fazia parte de uma família de judeus de classe média que se convertera ao Cristianismo fugindo das restrições no serviço público que havia em parte da Europa.

No início de seus estudos universitários, Marx tinha forte interesse pela área do Direito, mas foi seu contato com a Filosofia, especialmente de Hegel, que o levou a abandonar o interesse pela área jurídica enveredando-se pelos estudos filosóficos de onde tirou as bases para suas teorias.

Embora Marx tivesse uma bela e promissora carreira universitária pela frente, especialmente pelo fato de ser considerado um dos alunos mais célebres da Universidade de Berlim, sua atuação radical frente às classes dominantes fez com que as portas se fechassem completamente para ele. Esse fato o obrigou a migrar para área jornalística da qual passou a redigir e publicar seus textos mais importantes, e ao mesmo tempo, tirar seu sustento. Ainda que tenha sido uma opção dele, Konder adverte que a situação não foi tão simples quanto parecia, pois:

Vendo-se impossibilitado de exprimir suas ideias por uma cátedra de professor universitário, o jovem filósofo resolveu expô-las por intermédio dos jornais. Enviou, então, seu primeiro artigo para *Anais Alemães*, publicação dirigida por seu amigo Arnold Ruge. Era a primeira intervenção de Marx na vida pública. E era um artigo contra a censura. Infelizmente, *Anais Alemães* não pôde publicá-los, porque a publicação foi impedida [...] pela censura. (KONDER, 1999 p. 2300)

Assim, Marx começa a escrever para jornais expondo suas ideias em relação às relações de poder estabelecidas no âmbito europeu. Também combate o que considerava um dos males sociais: o sistema capitalista de sua época. Para Marx, diversas instituições existentes atuavam a favor do capitalismo, à medida que legitimavam o processo de exploração do trabalhador. Dentre esses instrumentos estava à religião.

Dessa forma, sua principal preocupação foi dotar os operários de subsídios que lhes dessem capacidade de perceber a situação de explorados imposta pelo sistema capitalista. Por isso, expôs

tão veementemente suas ideias ao ponto de, em vários momentos, ser expulso de diversos países da Europa.

Além de analisar como estavam estabelecidas as relações de poder na sociedade capitalista, Marx ficou conhecido pela sua frase áspera em relação à religião, como será visto no tópico a seguir e que norteia parte das reflexões deste texto.

### 1 “A RELIGIÃO [...] É O ÓPIO DO POVO”.

Uma das frases mais célebres e conhecidas de Karl Marx é esta: “A religião [...] é o ópio do povo”. Ao longo do século XX e ainda no século XXI, esta frase tem causado diferentes críticas, além de vir sendo utilizada para atacar a religião e o pensamento religioso pelos seguidores mais radicais de Marx; eles afirmam, impetuosamente, que Marx estava certo em sua aceção. Neste sentido, a frase sustenta a legitimação de uma ótica “negativa” que se firma em relação ao sentido da religião, vista como objeto de negação da realidade.

Para os que se valem dela para atacar a religião, a justificativa mais utilizada é que a religião serve como instrumento de dominação sobre uma maioria que se torna enganada. Sendo assim, para os marxistas a religião é vista como forma de mitigar a situação econômica, tornando os indivíduos seres conformados com a situação social de exploração pela qual a sociedade contemporânea passa.

Dessa maneira Marx (2001, p. 45-46) aponta que:

A religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. O banimento da religião como felicidade ilusória dos homens é a exigência de sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito de suas condições é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões.

A religião, nesse caso, torna os indivíduos passivos e sem condições de se revoltarem com a situação de exploração. Por isso, ela toma o caráter de objeto de exploração à medida que atua em favor das classes mais abastadas, em detrimento das menos favorecidas. Assim, Marx parte da concepção que, enquanto instrumento da classe dominante, ela serve para impedir que os homens tenham consciência de sua situação de explorados.

Segundo Mara (2007, p. 5),

[...] a religião acaba aparecendo para Marx como expressão da falta de consciência de si e dos homens, expressão de uma realidade distorcida. O brilho do paraíso celeste cega a criatura diante de suas condições reais e históricas de exploração e miséria.

Assim, na concepção marxista de religião, não há espaço para o conhecimento. Marx concebe a religião de uma maneira “banal”, pois afirma que ela cria nos indivíduos uma visão distorcida da realidade e, ao mesmo tempo, fornece elementos para que as pessoas continuem numa posição de subalternização e inconsciência. Não é, à toa, que durante muito tempo, nos estudos sobre religião, especialmente, sobre o Pentecostalismo brasileiro, enfatizava-se que grande parte dos seus seguidores eram pessoas das camadas mais pobres da sociedade e sem a mínima condição de agirem criticamente.

Nesse sentido, os movimentos religiosos se valeriam da incapacidade de pensar de seus fieis. Estes, por sua vez, não teriam condições mínimas de se revoltarem contra o estado de exploração pelo qual passavam, uma vez que a religião cria um mundo ilusório onde os indivíduos se conformam, sem questionamentos. Por isso, uma das principais defesas que os marxistas fazem em relação a essa postura subserviente é que os homens deveriam se libertar da religião.

Segundo Almeida (2012, p 61), Marx defendia que

é preciso livrar-se verdadeiramente da religião, que propicia uma felicidade ilusória, além de advogar privilégios para os que nela creem, impedindo que a verdadeira emancipação se estabeleça igualmente entre todos os seres humanos. A teoria marxiana considera a função da religião compatível com a estrutura de dominação sobre o proletariado, propiciando justificativas para a condição de explorado e ilusões sobre uma melhor condição em um futuro distante, como a ideia de paraíso pós-morte. O bem-estar e a realização que teriam direito nesse mundo são projetados para o futuro, em um movimento de alienação, tal como ocorre na dinâmica do capital, impedindo que o indivíduo se realize como dono de sua própria força produtiva.

Logo, a religião nada tinha a acrescentar, a não ser uma clara negação da realidade terrena em prol de uma realidade voltada para o transcendente. Sua visão de mundo se opõe a luta de classes, porque ela torna os indivíduos conformados com a situação social. Nesse aspecto, a posição em relação à crença religiosa era de que não haveria espaço para religião na sociedade idealizada por Marx.

## 2 ÉMILE DURKHEIM: UM BREVE HISTÓRICO

Um dos mais importantes pensadores da Sociologia é Émile Durkheim (1858-1915), descendente de família judia e nascido na região de Lorraine, na França. Sua contribuição ao pensamento sociológico é reconhecida mundialmente. Ele foi o responsável por tornar a Sociologia uma ciência aceita dentro dos grandes centros acadêmicos de sua época à medida que pensou maneiras de emancipá-la de outras disciplinas como a Filosofia Social, buscando construir métodos próprios de estudos capazes de legitimá-la em seu nascedouro.

Os estudos sobre Durkheim, bem como sobre suas teorias, serão de suma importância no desenvolvido deste texto. O ponto de partida é o conceito durkheimiano de que a religião é produtora de sentido religioso e cria visões de mundo dentro de uma lógica racional e estruturada. E, para ser compreendida, merece ser discutida e analisada, o que será feito à frente.

Émile Durkheim foi sociólogo francês, é considerado o pai da Sociologia moderna e criador da teoria da coesão social. Forma, com Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), um dos pilares dos estudos sociológicos. Estudou Filosofia na Escola Normal Superior de Paris, não seguindo os preceitos da cultura judaica; isso pode ter influenciado o teor de seus estudos e suas preocupações religiosas, preferindo analisá-las desde o ponto de vista social. Estudou as teorias de August Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903), o que fez com que conferisse uma matriz científica às suas teorias. Durkheim escreveu obras que foram definitivas nos rumos dos estudos sociológicos. Dentre elas encontra-se *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), importante fonte neste artigo.

Os *atos sociais* e sua relação com a sociedade é um dos objetos de estudo de Durkheim, para quem o papel do sociólogo era estudar e compreender tais *atos* bem como a forma de sua interação dentro da sociedade.

*Fato social*, na concepção de Durkheim, é todo objeto ou fato capaz de exercer algum tipo de coerção social sobre os indivíduos, sendo exteriores aos mesmos e estabelecidos em toda a sociedade de uma maneira geral. Assim, os *atos sociais* acontecem sob uma lógica, de forma ampla, não isolada, dentro de uma dada sociedade. A violência, por exemplo, configura-se como um *fato social*, e o aumento sistemático de mulheres no mercado de trabalho, também.

Na definição de Durkheim, os *atos sociais* são “[...] maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (COSTA, 1972, p. 31). Nesta perspectiva, os *atos sociais* fazem parte da maneira com que a sociedade se organiza.

Segundo Durkheim, os *atos sociais* apresentam três características básicas que são: a coerção, a generalidade, e a exterioridade. Para ele, é *fato social* tudo aquilo que é coercivo, que é exterior e que esteja generalizado. Durkheim afirma que os *atos sociais* são aqueles que exercem determinada força sobre os indivíduos, obrigando-os a adaptarem-se às regras da sociedade onde vivem. Assim, as regras e as leis exercem força sobre os indivíduos que são levados (pela coerção) a obedecerem às regras que são instituídas.

Ao estudar a sociedade de sua época, Durkheim percebia a sociedade como um organismo vivo que estava em constante adaptação. Por esse motivo, em seus estudos sobre a sociedade, defendia a ideia de que ela apresentava estados normais e patológicos, fazendo uma clara analogia entre ela e o estado do corpo humano que pode se apresentar em estado saudável ou doente.

Na visão de Durkheim, a sociedade apresenta um estado normal, quando um determinado *fato social* continua desempenhando um papel importante de despertar nos indivíduos valores pertencentes a essa mesma sociedade. Costa (1987, p. 53) explica que o crime, por exemplo, é normal não só por ser encontrado em qualquer sociedade, mas, principalmente, porque ele evoca, quando acontece em determinadas sociedades, os valores sociais dela, que o repudia de forma objetiva, condenando e penalizando seus praticantes. As penalidades referentes ao crime podem se materializar de diferentes formas em um grupo social.

Da mesma forma, aponta que uma sociedade pode estar em um estado patológico (doente) quando situações sociais como o crime, não conseguem nela despertar o desejo pela justiça; isso acontece quando os valores tradicionais dessa sociedade se perdem, tornando-a sem regras, normas e valores tão importantes para sua organização.

Na visão de Durkheim, as regras de condutas e os valores sociais servem como “mecanismos” de sustentação social ao agirem como reguladores da ordem, delimitando o que pode, ou não, ser feito em dado contexto. Em muitas sociedades, por exemplo, as regras e valores

do grupo atuam de forma mais punitiva do que as próprias leis constitucionais, e um exemplo disso são as sociedades indígenas da América do Sul.

Costa (1987, p. 54) define o que é normal no sentido colocado:

[...] normal é aquele fato que não extrapola os limites dos acontecimentos mais gerais de uma determinada sociedade e que reflete os valores e as condutas aceitas pela maior parte da população. Patológico é aquele que se encontra forma dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente.

Durkheim dedica parte de suas pesquisas estudando as formas “primitivas” de manifestações religiosas de povos que viviam na Austrália. Uma leitura atenta de *As formas elementares da vida religiosa* dá uma percepção mais ampla dessa interpretação; neste artigo será usado, apenas, o conceito de religião que o sociólogo traz nesta obra.

Um dos interesses que moveram Durkheim para a religião foi justamente a concepção de sagrado e profano, a articulação que ela consegue nos ritos e símbolos, e sua capacidade de produzir efeitos entre os indivíduos, que evidenciam representações coletivas. Logo, a concepção de Durkheim sobre religião leva em consideração que ela se configura com instrumento de manifestação de uma ideologia coletiva.

Durkheim (1996, p. 19-20) afirma que:

Pressupõe a classificação de todas as coisas reais e ideais, sobre as quais os homens pensam, em classes ou grupos opostos, geralmente designados por dois termos distintos suficientemente bem traduzidos pelas palavras profano e sagrado. Esta divisão do mundo em dois domínios: o primeiro contendo o que é sagrado, e o segundo, tudo o que é profano. É a principal característica do pensamento religioso; as crenças, os mitos, os dogmas e as lendas são as representações ou sistemas de representações que expressam a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhe são atribuídos, ou suas relações umas com as outras e com as coisas profanas.

Nesse aspecto, a religião atua como produtora de sentido à medida que procura dar explicações para os acontecimentos da vida humana em todos os seus aspectos, o que ajuda o homem a compreender a realidade que o cerca. Isso, para Durkheim (1996, p. 30), é a causa desse homem viver a agir no contexto social:

A função da religião é de fazer agir-nos a viver. O fiel que se comunicou com seu deus não é apenas um homem que vê novas verdades que o descrente ignora; ele é um homem que pode mais. Ele sente em si mais

força, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las. Ele está como que elevado acima das misérias humanas porque está elevado acima de sua condição de homem. Acredita salvo do mal sob qualquer forma.

Assim, na visão durkheimiana, a religião atua como integradora da ordem social, ao organizar, direcionar e apontar caminhos para o homem. Essas orientações, por sua vez, perpassam as perspectivas do transcendente, uma vez que a religião age como organizadora do contexto social marcado pelo sagrado e pelo profano. Nesse aspecto, ela (religião) exprime representações coletivas de uma ordem social e não desejos individuais.

### 3 RELIGIÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDO: EM QUE SE FUNDAMENTA A RELIGIÃO?

Não se pode negar a contribuição de Karl Marx para o estudo da sociedade e de suas contradições. Entretanto, pensar a religião apenas como ópio é reduzi-la ao patamar de objeto trivial, sem reconhecer sua relevância como produtora de sentido. Por isso, ao estudar os fenômenos produzidos pela religião, é necessário que o estudioso tenha, como base, a própria religião.

Durkheim, um dos contemporâneos de Marx, chama a atenção para isso ao afirmar que para se compreender a religião é preciso partir da própria religião, é preciso visualizar que a religião constrói a realidade à sua maneira e que essa realidade não é mero acaso, ou simplesmente um mundo de fantasias, mas um construto humano dotado de sentidos, assim como a própria ciência.

Partindo desse princípio, não se pode afirmar que a religião serve apenas como instrumento de dominação; se assim fosse, nem haveria leitor para este artigo ou para outros com essa temática. A religião, mesmo a mais “simples”, na visão de Durkheim, firma-se numa visão de mundo que não é imaginário ou ilusório, mas um mundo criado à maneira do fiel. Esse mundo fundamenta-se numa lógica que apenas o fiel consegue compreender. Por outro lado, a religião não apenas direciona o fiel para o mundo além, abstrato, mas consolida-se em regras, valores e sentidos que norteiam a vida desse fiel. As religiões não nascem ao acaso; elas estruturam-se dentro de uma lógica construída pelo grupo e fiel religioso.

Pensar a religião apenas como objeto de dominação seria reducionismo extremo; na verdade, ela constitui-se em espaço de fortalecimento de identidades individuais e coletivas. Neste aspecto, Marteli (1995, p.157) afirma que a experiência religiosa é constitutiva da religião, pois o sagrado é representado em símbolos, crenças e práticas religiosas, que, por sua vez, contribuem para alimentar e reforçar o próprio sentimento religioso.

Por isso, é possível afirmar que a religião apoia-se em experiência bem fundamentada, mas não privilegiada. Exemplo desse entendimento é o fato de Durkheim haver procurado fazer uma discussão de como a religião era vista pela ciência. Para ele, embora a religião não se fundamente em termos considerados racionais para a ciência, ela não pode ser considerada sem sentido, uma vez que se estrutura dentro de um sistema de ideias do próprio grupo.

Mas, os crentes, isto é, os homens que vivendo a vida religiosa, têm a sensação direta do que a constitui, objetam que essa maneira de ver não corresponde à experiência cotidiana. Sentem, com efeito, que a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de outra origem e de outro caráter, mas nos fazer agir, nos ajuda a viver (DURKHEIM, 1996, p. 493).

Dessa forma, Durkheim não afirma que a função primordial da religião não é fazer os indivíduos pensarem cientificamente; contudo, não nega que a religião, assim como a ciência, objetiva mundos e constrói sentidos e que esta construção não acontece aleatoriamente, mas dentro de uma lógica tão racional quanto a científica.

Assim, Durkheim afirma que a religião estrutura-se em ideias lógicas do ponto de vista dela mesma, do ponto de vista do fiel e das normas que regem o grupo religioso. Por isso, aponta que o fiel, ao receber uma revelação, sente-se acima das condições humanas, uma vez que está salvo do mal e das incertezas da vida cotidiana.

Logo, o culto se reveste de uma função importante, pois objetiva a afirmação desse homem no mundo.

De fato, qualquer que tenha realmente praticado uma religião, de paz interior, de serenidade, de entusiasmo, que são, para o fiel, como que a prova experimental de suas crenças. O culto não é simplesmente um sistema de signos pelos quais a fé se traduz exteriormente, é a coleção de meios pelos quais ela se cria e se recria periodicamente. 'Que ele consista em manobras materiais ou em operações mentais, é sempre ele que é eficaz'. (DURKHEIM, 1996, p. 494)

Desta forma, Durkheim afirma que compreender a religião vendo-a como espaço de pensamento ilusório ou apenas como instrumento de subversão da realidade é uma premissa falsa porque implica em uma negação da importância da religião, relegando-a ao lugar de mera espectadora; isso não faz sentido, pois a religião parte da sua própria experiência para se afirmar e legitimar.

Segundo Durkheim (1996, p. 495),

Todo seu estudo [sobre a religião] repousa sobre o postulado de que esse sentimento humano dos crentes de todos os tempos não pode ser puramente ilusório. Assim como um recente apologista da fé, admitimos, pois que as crenças religiosas repousam sobre uma experiência específica, cujo valor demonstrativo não é inferior ao das experiências científicas, mesmo sendo diferente.

Assim, afirma que se toda experiência é fundada, a experiência religiosa não foge a regra, Essa se fundamenta na ideia que os crentes têm dela mesma.

Esse fundamento da religião estrutura-se dentro de uma lógica tão racional quanto a científica, uma vez que parte de uma construção dotada de parâmetros. Nessa perspectiva, Durkheim aponta que até a ciência tem origens religiosas e que durante muito tempo as regras morais e do Direito não se distinguiram das prescrições ritualísticas. Nesse sentido, destaca que as propostas das instituições sociais, ou a maioria delas, nasceram da religião. Sendo assim, “as forças religiosas são, portanto, forças humanas, forças morais” à medida que elas se objetivam no cotidiano das pessoas.

Logo, não se pode acusar a religião de se estruturar numa visão simplista, partindo apenas de elementos ritualísticos, pois eles representam o ápice da religião. Isso seria negar a função social dela de agir e de ensinar agir na sociedade e, ao mesmo tempo, negar que ela apresenta e representa não só sentimento, mas possibilita visões de mundo. Sendo assim, Durkheim explica que “as festas, os ritos, o culto, não são toda a religião.” Esse não é só um sistema de práticas, é também um sistema de ideias cujo objetivo é exprimir o mundo. Até as mais simples têm a sua cosmologia. Essa cosmologia religiosa é que dá sentido à religião, à medida que tem um fundamento e que este fundamento é marcado pelo aspecto que representa o mundo religioso.

Por isso, Durkheim (1996, p. 498) afirma que:

Não dá para entender a religião olhando apenas para o seu prisma ritualístico, é preciso olhar para sua verdadeira significação, ver a religião apenas pelo seu lado idealista é simplificar arbitrariamente as coisas, ela é realista a sua maneira, pois reflete a sociedade a sua imagem, ou seja, como o grupo a percebe.

Nesta lógica, a visão de Durkheim é que os sistemas de práticas é também um sistema que produz ideias de mundo. Nesse entendimento, uma dessas ideias é voltada para regulação onde são instituídas as normas, as regras e as formas de vida no mundo, e a outra, para o pensamento de organização, em que se fundamentam a crença do grupo e suas bases cosmológicas. Durkheim pontua que são essas características específicas do pensamento religioso que aponta para a necessidade de se examiná-lo com métodos próprios da religião. Por isso, é tão comum a ciência considerar o pensamento religioso como algo especulativo embora, para o autor, o esforço empregado pela religião para traduzir a realidade não difere do esforço científico, mesmo quando a ciência utiliza-se de procedimentos considerados críticos para as suas análises.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se existe acusação que não combina com a religião cristã, isto é, com o Cristianismo, é a de que ele não apresenta fundamentos lógicos e racionais. Uma breve análise de sua história leva o leitor a compreender que para chegar até os dias de hoje, o movimento passou por momentos altos e baixos. Porém, nada pode ser comparado com os primórdios, seus primeiros tempos quando a afirmação de sua fé e crença precisou ser estruturada e registrada.

Cairns (2010, p. 34) deixa exemplo ao apontar que se o Cristianismo não tivesse bases convincentes, dificilmente, alguém arriscaria a sua vida a ponto de morrer para defender esse movimento como ocorreu no início da história cristã e vem ocorrendo na atualidade. Em sua visão, ninguém morreria se não tivesse plena certeza, em sua crença, da legitimidade do movimento.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Ver a vasta estatística sobre a situação de perseguição em que tem vivido os cristãos no mundo, na obra *World Christian Trends AD 30 – AD 2200*, de David Barret, publicada em 2002; e no site de notícias internacionais ligado à Santa Sé, *Zenit.org*, na reportagem “Um cristão é assassinado a cada 5 minutos”, publicada em setembro de 2011.

Nesse aspecto, diversos pensadores cristãos foram essenciais, pois conseguiram não só exprimir o que realmente é e o que seria a fé cristã. Eles construíram as bases para que o movimento subsistisse às perseguições e que, hoje, fosse possível pensá-lo de forma real. Neste aspecto, ao expressar a sua fé, mesmo o mais simples dos cristãos pode afirmar que sua crença tem como base elementos claros e bem definidos.

É interessante observar que, em muitos momentos, o cristão não pensa essas questões, principalmente porque tem tudo pronto e acabado como o próprio texto bíblico. Entretanto, para chegar ao que há, hoje, em termos de fundamentos da fé cristã, a contribuição de inúmeros pensadores foi fundamental. Essa importância pode ser percebida, os olhos do leitor, do pesquisador, do fiel atual é posto na história de homens como Paulo, Euzébio, Atanásio, Tertuliano, Cipriano, Agostinho, Lutero, Wesley e tantos outros que dedicaram suas vidas e suas mentes a pensarem a fé cristã e suas bases.

Logo, a mente cristã parte de ideias que não são aleatórias. Suas crenças, valores e tradições estruturam-se obedecendo a uma lógica. Sendo assim, o Cristianismo pode até ser acusado de inúmeros outras falhas, menos a de não possuir fundamentação teórica para sua cosmovisão. Nesse aspecto, o cristão convicto não precisa relutar em defender sua fé.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mayara Costa Resende. Da Religião em Marx e Dukheim: reflexões sobre economia, cultura e autonomia na modernidade dos clássicos. *Revista Sendo Comum*, nº 2, 2012, p. 54-69.

BARRET, David; JOHNSON, Todd M.. *World Christian Trends AD 30-AD 22000*: interpreting the annual Christian megacensus. Pasadena: William Carey Library, 2001.

DURKHEIN, Émile. *As regras do método sociológico*: texto integral (1895). São Paulo: Martin Claret, 2008.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia*: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.

DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia*: complexidade, interdisciplinarietà e desigualdade social. 53ª ed. São Paulo: Atlas, 2002; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LYON, David. *O cristão e a Sociologia*: uma perspectiva cristã. 2ª ed. São Paulo: ABU Editora, 2008.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1999.

MARA, Eduardo. Do ópio do povo ao reencantamento de mundo: religião e religiosidade em Marx e Weber. In. *Revista Eletrônica Inter-Legere*. Número 2 – julho a dezembro de 2007.

MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e dessecularização*. Tradução de Euclides Martins Balancim. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, s/d.. Coleção Primeiros Passos.

MARX, Karl. *Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843). Tradução de Artur Morão. Corvilha: Universidade da Beira Interior, 2008.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. *Introdução a Sociologia*. São Paulo: Ática, 1987. Série Brasil.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ZENIT: O mundo visto de Roma. *Um cristão é assassinado a cada 5 minutos*. 26 set. 2011. Disponível em: <http://www.zenit.org/pt/articles/um-cristao-e-assassinado-a-cada-5-minutos>. Acesso em 20 dez. 2013.